

ARTIGO

EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DO INTERESSE NACIONAL: **O BRASIL DIANTE DO INTERREGNO KRAAG NO SURINAME (1991)**

RESUMO: O artigo aborda a conjuntura política surinamesa durante o governo interino de Johannas Kraag, entre dezembro de 1990 e setembro de 1991. Estudam-se as implicações para o Brasil derivadas da situação interna e dos condicionantes externos daquele país com relação a outros atores internacionais, especialmente a Holanda. O texto verifica a significativa cooperação brasileira com a democratização do Suriname, bem como a firme determinação de defender os interesses geopolíticos especificamente brasileiros no país e na região. A pesquisa utiliza principalmente documentação resgatada no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Palavras-chave: Suriname. Brasil. Democracia. Relações Internacionais.

RESUMEN: El artículo aborda la coyuntura política de Surinam durante el gobierno interino de Johannas Kraag, entre diciembre de 1990 y septiembre de 1991. Se estudian las implicaciones para el Brasil derivadas de la situación interna y de los condicionantes externos de aquel país con relación a otros actores internacionales, especialmente a Holanda. El texto verifica la significativa cooperación brasileña con la

*Doutor em História das Relações Internacionais.
Docente e pesquisador do Mestrado em Ciência Política do Centro Universitário Unieuro
(Brasília). E-mail: cdominguez_unieuro@yahoo.com.br

democratización de Surinam, bien como la firme determinación de defender los intereses geopolíticos específicamente brasileños en el país y en la región. La investigación utiliza principalmente documentación rescatada en el Archivo Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil.

Palabras clave: Surinam. Brasil. Democracia. Relaciones Internacionales.

INTRODUÇÃO

Em 24 de dezembro de 1990, o presidente do Suriname, Ramsewak Shankar, recebeu ligação telefônica do comandante Ivan Graanoogst notificando-o que seu governo – iniciado democraticamente em 1988 – não era mais necessário. O chamado golpe do telefone resultou, efetivamente, na queda do Shankar e seu gabinete em 28 de dezembro. No dia seguinte, e procurando alguma forma de saída constitucional, a Assembléia Nacional, que seguiu funcionando normalmente, elegeu por aclamação – ainda que com críticas ao método adotado – os senhores Johannas Samuel Petrus Kraag e Jules Albert Wijdenbosch para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente. Na verdade o governo Kraag foi resultado de intensas negociações entre o estamento militar, comandado desde 1980 pelo coronel Désiré 'Dési' Delano Bouterse, e os políticos tradicionais do poder legislativo – num país formalmente presidencialista, porém com características parlamentaristas. Acordou-se que o governo Kraag deveria ser interino, até a posse de um novo governo democraticamente eleito. No interregno, que vigorou até o mês de setembro de 1991, deveriam ser impulsionadas reformas econômicas, políticas e sociais – inclusive eleições parlamentaristas, em 25 de maio. Assim sendo, em 16 de setembro, o novo governo, de Ronald Venetiaan, tomou posse encerrando o período específico de interesse deste artigo.

Entretanto, as reações domésticas e internacionais ao golpe natalino e eventos subseqüentes no Suriname evidenciaram um quadro hostil para o governo Kraag. No campo doméstico, o país experimentava intensas contradições econômicas, políticas, sociais e culturais que se manifestavam nos seguintes tópicos específicos: (a) a complexa relação civil-militar, devido à

virtual tutela militar imposta pela Constituição de 1987 (artigos 177 e 178), (b) as persistentes divergências étnicas, religiosas e lingüísticas vigentes no país, (c) o conflito armado interno entre as forças armadas e seus aliados – indígenas Tukayanas – contra as guerrilhas do chamado Comando da Selva – dirigido pelo ex-sargento Ronnie Brunswijk –, (d) a crise econômica¹, (e) as divergências entre a faixa da costa, onde se localizam Paramaribo e as principais cidades, e o interior do país – floresta amazônica que ocupa quase 90% do território surinamês –, (f) a crescente presença de atividades ilícitas transnacionais, especialmente da questão do narcotráfico².

Paralelamente, a reação internacional ao golpe natalino foi bastante enérgica e crítica, particularmente de parte dos governos dos Estados Unidos (embargo econômico), da Holanda (embargo econômico), da Venezuela (suspensão das relações diplomáticas) e da França (apoio ao Comando da Selva de Brunswijk). No plano multilateral, a Organização dos Estados Americanos, a Comunidade Econômica Européia e o CARICOM condenaram o golpe. Inclusive o Brasil aprovou a resolução da OEA, de 28 de dezembro de 1990, pela qual repudiou categoricamente o golpe militar e chamou para uma pronta restauração da ordem institucional democrática no Suriname.

Na verdade, a posição do governo brasileiro diante do golpe natalino e do interregno Kraag era bastante complexa. De um lado, tratava-se de impulsionar o retorno à ordem constitucional em concordância com as outras potências com vínculos e interesses no país. De outro, tratava-se de resguardar os interesses geopolíticos, a influência e o patrimônio diplomático acumulado no Suriname pelas autoridades brasileiras – tanto civis quanto militares – desde 1983. Patrimônio este caracterizado pela estreita cooperação, inclusive na área da defesa – isto é, com o estamento militar comandado pelo coronel Bouterse. Acrescente-se que, propositadamente, o governo Kraag nomeou para cargos chaves do gabinete funcionários diretamente vinculados ao Brasil,

¹ A crise econômica do Suriname durante os anos 1980 se manifestou através da estagnação do produto interno bruto, do crescente déficit orçamentário, do aumento da inflação, da queda dos investimentos públicos, da queda da produção e do preço internacional da bauxita, da defasagem entre a cotação do câmbio oficial e do paralelo do florim surinamês com relação ao dólar, do crescimento do setor informal da economia, e do surgimento do mercado negro (BID, 1990, p. 180ss).

² No início da década de 1990 o estamento militar do Suriname foi acusado de ser conivente com tráfico internacional de drogas ilícitas, especificamente de cocaína colombiana para Holanda e outros países europeus.

tais como o chanceler Robby Ramlakhan (ex-aluno do Instituto Rio Branco) e o ministro da defesa Rupert Christopher (com formação em instituições de ensino e aperfeiçoamento de oficiais das forças armadas brasileiras). Deixando entrever a possibilidade de um estreitamento das relações bilaterais brasileiro-surinameses, em um momento particularmente difícil na história política daquele país.

Assim, o objeto específico deste estudo é avaliar a posição brasileira diante do interregno Kraag, reconhecendo a existência de alguns dilemas fundamentais, tais como os seguintes: como conciliar o esforço a favor da restauração democrática no Suriname e, simultaneamente, defender os interesses nacionais do Brasil – que incluíam o diálogo e a cooperação com o estamento militar comandado pelo homem forte do país, o coronel Bouterse –? Como conciliar o princípio da não-intervenção nos assuntos internos dos outros Estados com a pressão para garantir a retomada da ordem democrática e o respeito aos direitos humanos num país amazônico, fronteiro e diplomaticamente isolado? Como contribuir, de maneira construtiva, para o encaminhamento de uma solução aceitável internacionalmente e que, ao mesmo tempo, contemplasse os interesses geopolíticos brasileiros no Suriname (inclusive dando continuidade à polêmica cooperação militar com as forças armadas daquele país, procurando a profissionalização dos mesmos)?

Conciliar a promoção da democracia com os interesses geopolíticos brasileiros não foi simples no caso do interregno Kraag no Suriname. A pesquisa bibliográfica e a documentação primária resgatada no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores – doravante AHMRE – sugerem que as autoridades políticas, diplomáticas e militares brasileiras tentaram persistentemente trabalhar junto a todos seus interlocutores em Paramaribo em favor de um pronto e definitivo retorno à ordem constitucional democrática. Particular interesse tanto de atores domésticos quanto externos foi a questão da capacidade brasileira para dialogar – e pressionar – o estamento militar surinamês, em geral, e o próprio comandante Bouterse, em particular. Acontece que das grandes potências com vínculos e interesses no Suriname à época do interregno Kraag, o Brasil era o único com possibilidades reais de interlocução direta e privilegiada com as autoridades militares. Conversar com

Bouterse e pressioná-lo desde dentro para garantir o retorno à ordem constitucional – sem que isto implicasse a ruptura da cooperação militar com aquele país – terminariam sendo as maiores contribuições brasileiras para a redemocratização do Suriname.

AS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-SURINAME: BREVES ANTECEDENTES

O Brasil e o Suriname são dois países vizinhos, fronteiriços e amazônicos. Desde finais da década de 1970 e particularmente a partir de 1983 as relações entre Brasília e Paramaribo experimentaram uma sensível aproximação. A proximidade geográfica, o passado de cooperação modelar – sempre baseado no princípio da não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados –, os desafios em matéria de desenvolvimento sustentável (e especificamente amazônicos), e um crescente fluxo econômico, comercial e financeiro são tópicos fundamentais da agenda bilateral vigente nos últimos trinta anos (VISENTINI, s.d., FARÍAS, 2000)³.

Com efeito, as relações bilaterais brasileiro-surinameses desde 1975 até o golpe natalino e o surgimento do governo interino de 1991 podem ser estudadas em quatro fases relativamente claras: (a) a fase pós-colonial e dos contatos iniciais (1975-1980), (b) o período militar (1980-1987), (c) a fase Sarney-Shankar (1988-1990), e (d) a fase Collor-Kraag (1991).

Na fase pós-colonial e dos contatos iniciais, o Brasil e o Suriname começaram a interagir como Estados soberanos. Sob a perspectiva de Paramaribo era essencial manter certos vínculos fundamentais – especialmente de cooperação econômica, política e social – com a ex-metrópole. Em consequência, o relacionamento foi muito embrionário com os outros países, inclusive com o Brasil. Em 1975, o governo do presidente Ernesto Geisel emitiu decreto elevando o Consulado Geral do Brasil em Paramaribo à categoria de Embaixada, e inaugurando as relações diplomáticas formais entre as partes. Alguns acordos que tinham sido assinados entre o Brasil e a Holanda – por exemplo, o acordo de pesca em águas brasileiras –

³ Existe pouquíssima literatura brasileira sobre as relações bilaterais com o Suriname. Portanto, as referências bibliográficas incluem fundamentalmente publicações em língua inglesa.

continuaram vigorando por algum tempo. Entre 21 e 25 de junho de 1976, o primeiro-ministro do Suriname, Henck Arron, fez a primeira visita oficial ao Brasil, da qual resultaram (a) a assinatura de um Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, (b) a instituição de uma Comissão Mista Brasil-Suriname, (c) a celebração de um Convênio de Intercâmbio Cultural, (d) a assinatura de um Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, e (e) entendimentos para possibilitar a participação de empresas construtoras brasileiras em empreendimentos surinameses. A diferença do polêmico regime de Forbes Burnham na vizinha Guiana, o governo de Arron (1975-1980) foi ideologicamente moderado e convergente com os interesses geopolíticos brasileiros naquela região (ELY, 1999; VISENTINI, s.d.). E, em 1978, o Brasil, o Suriname e mais seis países assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica, com intuito de estimular o chamado desenvolvimento sustentável, cuidar melhor da floresta e evitar a interferência de interesses extra-regionais na bacia amazônica.

Vale acrescentar que à época da independência, o Suriname era um país bastante próspero (MACDONALD, 1988). Os holandeses deixaram uma democracia parlamentar. Também, um acordo de cooperação de quase US\$ 1,5 bilhão, sendo que deveriam ser aplicados \$ 100 milhões durante os seguintes 15 anos – porém os golpes militares de 1980 e 1990 implicaram na suspensão temporária de tais recursos, vitais para a economia surinamesa. E uma relativamente sofisticada indústria mineira, especialmente ligada à extração de bauxita. Sua pequena população de 400,000 habitantes era altamente alfabetizada, a expectativa de vida superava os 60 anos e o PIB per capita era dos mais alto do continente americano. Contudo, um intenso fluxo migratório implicou na saída de quase um terço da população surinamesa, especialmente para a ex-metrópole. Acrescente-se que a geografia econômica e política do Suriname compreende três regiões fundamentais: (a) a faixa costeira, onde estão concentradas as principais cidades, (b) o centro, onde predominam florestas e savanas, e (c) o sul, na fronteira com o Brasil, onde predominaria a extração de ouro – os garimpeiros brasileiros ocuparam a região a partir dos anos 1990 (HOOGBERGEN e KRUIJT, 2004).

Em termos étnico-religiosos, o panorama do país era bastante complexo. O processo de formação étnico-religiosa da moderna sociedade surinamesa inclui a coexistência de oito grupos específicos: os habitantes indígenas originários (tribos Arawak, de orientação panteísta), os europeus (holandeses, cristãos), os chamados crioulos (descendentes dos escravos após a abolição da instituição em 1863 e 31% da população do país, cristãos), os chamados *Maroons* ou *Bush Negroes* (descendentes de escravos fugidos para o interior do país e equivalentes aos quilombolas do Brasil, panteístas), os hindustanis (descendentes de trabalhadores contratados na Índia Britânica e 37% da população do país, hinduístas), os javaneses (descendentes de trabalhadores contratados na Indonésia holandesa, mulçumanos), chineses (descendentes de *coolies* contratados na China continental) e, recentemente – a partir da década de 1990 –, os brasileiros (basicamente garimpeiros na região sul do país, fronteira com os estados do Pará e Amapá, cristãos). O mosaico étnico, religioso e lingüístico tem implicações políticas bastante evidentes no contexto do chamado sistema *apanjaht* – isto é, o voto fiel à origem socio-cultural (AFFIGNE, 1997; BRANA-SHUTE, 1996; MACDONALD, 1988).

O voto étnico-religioso se expressou claramente no – virtual – sistema parlamentarista, com predomínio do Partido Nacional do Suriname (*Nationale Partij* Suriname ou NPS, identificado com os crioulos e dirigido por Henck Arron e Ronald Venetiaan) e do Partido Unido Reformado (*Voovtstrevende Hervormings Partij* ou VHP, identificado com os hindustanis e dirigido durante muitos anos pelo presidente da Assembléia Nacional Lagernath Lachmon). O NPS e o VHP, junto a outros pequenos partidos políticos, são os pilares fundamentais da antiga e da nova Frente pela Democracia e Desenvolvimento, base de sustentação dos governos Ramsewak Shankar (1988-1990, derrubado pelo golpe do telefone) e Ronald Venetiaan (1991-1996, 2000-2005, e reeleito para o período 2005-2010). Contrário ao voto étnico-religioso surgiram, durante as décadas de 1980 e 1990, o chamado Partido Nacional Democrático (*Nationale Democratische Partij* ou NDP, ligado aos militares e dirigido por Bouterse) e a Alternativa Democrática '91 (ou DA, das classes medias e setores profissionais do país). Também existem outros pequenos

partidos que complementam o sistema político do Suriname vigente à época do interregno Kraag (AFFIGNE, 1997).

Durante a fase do governo militar (1980-1987) as relações bilaterais brasileiro-surinameses experimentaram uma sensível aproximação, principalmente após a chamada missão Venturini (abril de 1983). Resumidamente, em fevereiro de 1980, os militares, encabeçados pelo então sargento e posteriormente coronel Désiré 'Dési' Delano Bouterse, derrubaram o governo democrático de Arron – que foi acusado de corrupto e inoperante. Porém, o novo governo experimentou um crescente isolamento diplomático, especialmente após o assassinato de 15 opositores políticos em dezembro de 1982. A vital cooperação holandesa foi suspensa e o governo decidiu aproximar-se de Cuba e do antigo bloco soviético procurando assistência econômica, política e militar. A aproximação do Suriname a Cuba provocou uma grande preocupação em Washington (governo Reagan) e em Brasília (governo Figueiredo).

Foi nesse contexto de divergências leste-oeste que surgiu a chamada missão Venturini com objeto de cooptar o regime de Bouterse. Em troca de generosa cooperação econômica, financeira e militar brasileira, o Suriname deveria abandonar a órbita cubana e aproximar-se do Brasil e de outros países do bloco ocidental. Em consequência, a missão Venturini e acordos posteriores resultaram em um evidente salto qualitativo nas relações bilaterais, e especificamente com o estamento militar dirigido por Bouterse (ELY, 1999, VISENTINI, s.d.)⁴. Convém acrescentar que a especial relação entre as forças armadas brasileiras e surinameses derivou, a partir de 1983, em um relacionamento estreito, privilegiado e também polêmico, dado que, com o passar dos anos e no contexto dos processos de consolidação democrática, o Brasil começou a ser acusado de ser o principal apoio externo de Bouterse e suas veleidas atividades políticas antidemocráticas, inclusive à época do interregno Kraag (SINGH, 2007).

Vale acrescentar que, em julho de 1986, o panorama do Suriname foi transformado com o surgimento de um conflito armado interno, com forte

⁴ Ely (1999, p. 157) afirma com relação aos resultados da missão Venturini e eventos posteriores: “Lured by a diversified package of bilateral aid –from arms and military equipment to the postal service, farming and hydroelectric projects, as well as a line of credit to pay for all this- the Surinamese leaders accepted the tutelage of their power neighbor.” Segundo a mesma fonte, o governo do Primeiro Ministro holandês Rudolphus (Ruud) Lubbers recomendou às autoridades brasileiras “ser prudentes na transferência de armas ao Suriname e, se possível limitar as quantidades.”

orientação étnico-política. Durante seis anos, o regime de Bouterse – mesmo que normalmente o ditador não assumisse diretamente o cargo de presidente – foi enfrentado por uma guerrilha comandada, paradoxalmente, por um dos seus ex-guarda-costas, o Ronnie Brunswijk. De origem quilombola, Brunswijk comandou até o acordo de paz de 1992 o chamado Exército Surinamês de Libertação Nacional – ou simplesmente Comando da Selva. Teoricamente Brunswijk lutava contra Bouterse em função da democratização do país. Em tal sentido, recebeu ajuda aberta e encoberta dos surinameses residentes na Europa, dos quilombolas refugiados na Guiana Francesa (aproximadamente 10.000 em 1990⁵) e de alguns setores da oposição interna, bem como dos governos dos Países Baixos, dos Estados Unidos e da França. A principal região de insurgência na época era a fronteira leste do Suriname⁶. A resposta governamental ao desafio do Comando da Selva foi violenta e até certo ponto efetiva. Porém, provocou morte, destruição⁷, refugiados (inclusive para o lado brasileiro da fronteira⁸), crescente gasto improdutivo⁹, violação aos direitos humanos e intensos fluxos migratórios para fora do país. Na sua luta contra Brunswijk, o governo de Bouterse aliciou e armou tribos indígenas – os

⁵ Watson ao MRE, Ofício ostensivo n. 60, Paramaribo, 28.2.1991, AHMRE: PEXT-F07.

⁶ Em maio de 1991, a embaixada brasileira em Paramaribo informou ao Itamaraty que o cenário do conflito tinha as seguintes características: (a) o exército estaria ocupando a faixa costeira, onde se concentram as principais atividades econômicas e políticas do país, (b) os indígenas Tukayanas, aliados do governo, controlariam uma faixa longitudinal, ao sul da ocupada pelo exército, (c) o Comando da Selva – de Brunswijk – dominava a região da fronteira com a Guiana Francesa, e (d) as inexpressivas guerrilhas Mandela e Angula dominariam pequenas regiões afastadas do centro e leste do país.

⁷ Em fevereiro de 1991, o embaixador brasileiro relatou ao Itamaraty que: “Em viagem realizada no dia 12 do corrente mês à região oriental do Suriname [...] pude tomar conhecimento da extensa devastação provocada pela guerra civil iniciada em julho de 1986.” “Moengo, a 3ª cidade do país, embora não apresentando marcas de combates, parece mais uma cidade-fantasma [...] É no trecho Moengo-Albina entretanto que se notam mais claramente os efeitos do conflito: pontes de concreto dinamitadas, estradas apresentando crateras provocadas por explosões e praticamente todas as casas à beira da estrada destruídas.” Outrossim, “Na cidade de Albina, a devastação atinge talvez a 80% de suas construções, com os escombros obstruindo parcialmente as ruas. O serviço de balsas para transporte de veículos até a margem francesa do rio foi há tempos interrompido, não havendo previsão para o seu restabelecimento.” Watson a MRE, Ofício ostensivo n. 46, Paramaribo, 18.2.1991, AHMRE: POIN-F07.

⁸ Tratava-se da tribo indígena Trios, que viviam na região do alto Tapanahony. Os indígenas se deslocaram para o lado brasileiro da fronteira em função do conflito entre as forças armadas e o Comando da Selva.

⁹ Em função da urgente necessidade de apoio financeiro externo para manter vivo o seu governo, Bouterse procurou apoio com a Líbia de Gaddafi e com os cartéis colombianos de narcotráfico (ELY, 1999, p. 158s; MACDONALD, 1988, p. 114s).

chamados Tukayanas¹⁰. Ainda em 1985, foi assinado um acordo entre Bouterse e os líderes Arron e Lachmon para permitir um gradual retorno à ordem democrática que culminou com a outorga de uma nova Constituição (1987) e eleições parlamentaristas que resultaram na vitória da chamada Frente pela Democracia e Desenvolvimento (MACDONALD, 1988; BRANA-SHUTE, 1996).

A terceira fase das relações brasileiro-surinameses coincidiu com os governos democráticos de José Sarney e de Ramsewak Shankar. É digno de se destacar as visitas presidenciais recíprocas de 1989. Com efeito, Sarney visitou Paramaribo em março, e Shankar visitou Brasília em agosto¹¹. Ambos encontros resultaram na assinatura de acordos de cooperação bilateral de grande significado para os países. Na agenda bilateral destacaram-se a possibilidade de financiamento brasileiro para a construção da barragem de Kabalebo no Suriname; também, a cooperação em matéria agrícola – inclusive porque o presidente Shankar era formado em agricultura –, telecomunicações, saúde, infra-estrutura hidroviária pelo rio Suriname, prospecção de petróleo, cooperação amazônica, e renegociação da dívida bilateral (US\$ 6,5 milhões). A cooperação técnica incluía a formação de diplomatas do Suriname no Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores do Brasil – tal foi o caso do chanceler Robby Ramlakhan durante o governo Kraag. O presidente do Suriname solicitou e recebeu o apoio do governo brasileiro para o chamado Acordo de Kourou (de 24 de junho de 1989), assinado entre o governo (representado por Venetiaan) e as lideranças do Comando da Selva (Brunswijk), porém rejeitado pelas forças armadas surinameses (Bouterse)¹².

¹⁰ A rebelião dos Tukayanas implicava fundamentalmente reivindicações tipicamente indígenas, como a demarcação e o reconhecimento das suas terras, o apoio do governo para o desenvolvimento e o respeito pela cultura ancestral, dentre outros. Entretanto, também era evidente para os atores locais que os indígenas em questão eram aliados das forças armadas na luta contra Comando da Selva, de Brunswijk – que era apoiado pelos chamados maroons, bush negros ou quilombolas.

¹¹ Denot ao MRE, Telegrama ostensivo n. 496, Paramaribo, 17.8.1989, AHMRE: DAM-II/DIV/SEI.

¹² Denot ao MRE, Telegrama ostensivo n. 469, Paramaribo, 4.8.1989, AHMRE: POIN F07. Em outubro de 1989, o presidente da Assembléia Nacional aceitou substituir o Acordo de Kourou por um novo Acordo Nacional, que incluiu os interesses não somente do Comando da Selva, mas também dos indígenas Tukayana. Durante o ano de 1990 foram realizados vários encontros preliminares entre Bouterse e simpatizantes do Comando da Selva para tentar um acordo de paz firme e duradouro.

Cumprе ressaltar que a democratização no Brasil e no Suriname não modificou substancialmente os entendimentos alcançados no encontro Bouterse-Venturini. A formação de quadros do exército surinamês em instituições de ensino das forças armadas brasileiras, tais como a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e o Centro de Instrução de Guerra na Selva, tornou-se uma constante – que continua inclusive na atualidade. Afirma-se que o objetivo básico da cooperação militar Brasil-Suriname é fomentar a profissionalização (e a despolitização) dos militares surinameses, bem como a difundir as doutrinas militares do Brasil naquele país. Em 1991, informações procedentes da embaixada brasileira em Paramaribo comentavam que até 60% dos oficiais do exército surinamês tinham realizado cursos de aperfeiçoamento em instituições brasileiras, caso do comandante Rupert Christopher, que virou ministro da defesa durante o interregno Kraag¹³. Ainda em 1989, o governo Sarney concedeu a Ordem do Cruzeiro do Sul para Bouterse e outras autoridades do Suriname. E, entre 27 de março e 5 de abril do mesmo ano, o comandante Bouterse visitou pessoalmente centros de instrução militar brasileiros em Manaus, Brasília e Rio de Janeiro¹⁴.

A fase Collor-Kraag corresponde ao período de janeiro a setembro de 1991. Trata-se de período de particular interesse para os fins deste artigo, que será abordado ao longo dos próximos itens. Cumprе lembrar que a fase em questão iniciou-se com a queda do governo Shankar¹⁵ e culminou nove meses depois com a tomada de posse do presidente Ronald Venetiaan. Também, que o interregno Kraag implicou importantes desafios para a política externa do Brasil, tais como:

¹³ Watson ao MRE, Telegrama secreto-urgente n. 266, Paramaribo, 12.6.1991, AHMRE: POIN F07.

¹⁴ Em agosto de 1986, o governo do presidente Sarney lançou o chamado Projeto Calha Norte, destinado a reforçar a presença militar brasileira na região ao norte do rio Amazonas – inclusive na faixa de fronteira com a Guiana, o Suriname, a Guiana Francesa, a Venezuela e a Colômbia.

¹⁵ Os principais argumentos citados pelo estamento militar para tentar justificar o golpe natalino contra o governo do presidente Shankar foram os seguintes: (a) o permanente confronto do governante com as forças armadas, (b) a baixa popularidade do governante devido às acusações de inoperância, inércia, corrupção e péssima gestão administrativa, (c) a limitada cooperação holandesa – devido ao receio de que a ajuda econômica terminasse sendo usufruída pelos militares –, (d) a crise econômica local, regional e global, (e) as lutas intestinas do governo Shankar, especialmente entre o NPS (crioulos) e o VHP (*hindustanis*).

- Promover a recomposição democrática do país e, ao mesmo tempo, garantir a promoção dos interesses geopolíticos especificamente brasileiros no Suriname. Acreditava-se que a redemocratização do país contribuiria decisivamente para a retomada da cooperação internacional e para contrarrestar os evidentes sinais de hostilidade contra o novo governo, procedentes do interior e do exterior.
- Evitar um prolongado isolamento diplomático, uma intervenção estrangeira ou um agravamento da instabilidade política naquele país que viessem a encorajar atos agressivos de potências hostis ao governo Kraag ou especificamente ao estamento militar dirigido pelo comandante Bouterse – particularmente retaliações de potências como os Estados Unidos, a Holanda, a França e a Venezuela¹⁶.
- Manter abertos os canais de diálogo, de persuasão, de moderação, e de cooperação com todos os atores domésticos, inclusive com o estamento militar, e especificamente com o comandante Bouterse. Sublinhando-se que somente as autoridades brasileiras tinham um acesso direto, franco e seguro junto ao homem forte do país. Contudo, era imprescindível fazer ver às autoridades do interregno Kraag que essa atitude tolerante da parte brasileira seria mantida no pressuposto de uma rápida recomposição democrática, verificada e conduzida sob supervisão internacional.
- Garantir a sobrevivência de um patrimônio político-diplomático especificamente brasileiro consubstanciado numa cooperação bilateral significativa e fluida ao longo de vários governos surinameses. A profissionalização do exército do Suriname impulsionada pela cooperação militar brasileira deveria culminar com o retorno daqueles aos quartéis e seu afastamento da política, em geral.
- Do lado surinamês, o governo de transição de Kraag formou seu gabinete nos primeiros dias de janeiro de 1991. Rapidamente se tornou evidente que,

¹⁶ Além de questionar a legitimidade do governo Kraag, Washington e Haia acusavam o comandante Bouterse de manter clandestinamente atividades ligadas ao narcotráfico. Para muitos, o Bouterse lembrava muito a situação do Panamá à época do general Noriega. Lembre-se, também, que após a queda do muro de Berlim os Estados Unidos abraçaram a luta contra as drogas como uma das suas bandeiras favoritas no continente e no mundo.

em face da hostilidade dos outros parceiros tradicionais do país – Holanda, Estados Unidos, França, Venezuela, Comunidade Econômica Européia, CARICOM, Organização dos Estados Americanos –¹⁷, a única potência com altos e significativos vínculos com o Suriname seria o Brasil¹⁸. Em tal sentido, cargos-chaves do governo Kraag foram ocupados por funcionários ligados ao Brasil. Como dito, o novo chanceler Robby Ramlakham, ex-aluno do Instituto Rio Branco, e o novo ministro da defesa, comandante Rupert Christopher, eram homens identificados com o Brasil. Observe-se que, em 11 de janeiro de 1991, o embaixador brasileiro em Paramaribo, Sérgio da Veiga Watson informou ao Itamaraty que a escolha do novo chanceler surinamês era um sintoma de mudança favorável para o Brasil, dado que:

Em primeiro lugar, houve uma clara decisão política de voltar o país para seus vizinhos sul-americanos. A política pendular que fazia com que o Suriname se voltasse ora para o Caribe ora para os sul-americanos ou aquele balanço político de buscar recursos técnico-financeiros com países fronteiriços (Brasil e Venezuela) mas sempre com a vista voltada para a ex-metrópole terminou. A partir dessa decisão de política externa tentou-se encontrar um chanceler identificado com estes novos valores. A escolha não poderia ser outra, segundo meus interlocutores, se não a que recaísse sobre um dos ex-bolsistas da Academia Diplomática Brasileira.

[...] Segundo a visão do estamento militar que derrubou o governo do presidente Shankar, Robby Ramlakhan seria o nome certo pois era: jovem, profissional competente, não ligado a grupos políticos, desejoso de substituir a “velha guarda” do BUZA [isto é, da Chancelaria local], formado numa escola de prestígio brasileira (IRBR), além de dominar perfeitamente o português (como quarenta por cento dos ministros recém-nomeados) e, principalmente, defender uma política externa voltada para América Latina e do Sul em particular.¹⁹

Conclui-se, então, que existiam grandes e ansiosas expectativas em Paramaribo com relação à definição da posição e à possibilidade de continuação e eventual incremento da cooperação política, econômica e militar brasileira. Era de interesse do governo surinamês conseguir uma rápida e plena normalização das relações bilaterais com o Brasil.

¹⁷ Acrescente-se que, após o golpe natalino, Ronnie Brunswijk ameaçou com retomar as suas ações armadas ofensivas contra o governo de Paramaribo – contando com o apoio dos quilombolas, e dos governos holandês, norte-americano e francês.

¹⁸ Outro país com tolerância com o governo Kraag foi a Guiana de Desmond Hoyte. Porém, dito país tinha poucas possibilidades de cooperação em larga escala com o Suriname.

¹⁹ Watson ao MRE, Telegrama confidencial-urgente n. 23, Paramaribo, 11.1.1991, AHMRE: POIN F07.

A MISSÃO REIS A PARAMARIBO: APOIO BRASILEIRO CONDICIONADO À RECOMPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA DO SURINAME

A primeira iniciativa diplomática brasileira com relação ao interregno Kraag no Suriname foi a chamada missão Reis, e realizada entre 30 e 31 de janeiro de 1991. Encaminhada com autorização do presidente Fernando Collor, a delegação foi encabeçada pelo embaixador Fernando Guimarães Reis, diretor do departamento das Américas do Itamaraty, e integrada pelo embaixador brasileiro em Paramaribo, pelo adido militar e por dois representantes da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Em público se manifestou que o propósito da missão era discutir com as altas autoridades do governo Kraag assuntos concernentes à evolução e às perspectivas das relações bilaterais. Privadamente, os objetivos da missão eram: (a) coletar informações relevantes diretamente das novas autoridades, (b) transmitir uma mensagem de moderação, (c) “alertar as autoridades locais para a extrema conveniência de evitar um isolamento diplomático, que prejudicaria nosso relacionamento bilateral, além de ameaçar diretamente o próprio Suriname”, e (d) preservar o patrimônio diplomático acumulado com Paramaribo, mantendo aberto o canal de diálogo e valorizando a capacidade de persuasão e confiança mútua²⁰.

Para o lado surinamês a missão brasileira era de extrema relevância política e diplomática. Lembre-se que o golpe natalino tinha sido condenado pela maioria da população local, por ter significado uma ruptura da ordem institucional democrática – mesmo reconhecendo que formalmente o governo continuou em mãos de civis, que a Assembléia Nacional continuou funcionando, que não houve derramamento de sangue nem desafortada repressão da oposição, e que, em geral, os direitos humanos fundamentais não foram violentamente atropelados. Igualmente, no plano externo o Brasil era praticamente o único interlocutor de peso para o novo governo e

²⁰ Watson a MRE, Telegrama Secreto-Urgente n. 58, Paramaribo, 31.1.1991, AHMRE: POIN-F07. Outras preocupações brasileiras incluíam: (a) a necessidade de dar estrito cumprimento ao calendário eleitoral para a recomposição democrática do país, (b) manifestar a conveniência de contar com observadores estrangeiros, particularmente da Organização dos Estados Americanos, e (c) lembrar que a redemocratização do país contribuiria à elevar a cooperação bilateral e contra-restar os signos de hostilidade contra o governo Kraag.

especificamente para o estamento militar comandado por Bouterse. Com exceção da Guiana de Desmond Hoyte, os outros parceiros tradicionais do país – Holanda, Estados Unidos, França e Venezuela – condenaram veementemente o golpe natalino e impuseram sanções econômicas e políticas, sem esquecer as ameaças de intervenção militar.

Bem na chegada da missão Reis ao aeroporto de Paramaribo, o assessor especial de Bouterse para assuntos relativos ao Brasil, Errol Alibux, adiantou que o estamento militar e o governo Kraag tinham concordado em convocar eleições gerais, livres, secretas e com observadores internacionais para o dia 25 de maio de 1991. Também, tinham concordando em impulsionar reformas políticas e constitucionais, inclusive com a delimitação das competências das forças armadas e com o afastamento definitivo da tutela militar sobre o processo político democrático do país. Procurava-se inaugurar de fato um período de governabilidade democrática para o Suriname. E a oposição, em princípio, apoiava os planos do governo²¹.

A missão Reis conversou diretamente com vários representantes do cenário político local – inclusive com a oposição²². A delegação brasileira também se entrevistou com o homem forte do país. Bouterse “assegurou que 'não quer criar problemas para o Brasil' e manifestou-se reconhecido pelo que qualificou de 'aviso amigo.'" O chefe das forças armadas garantiu a lisura do pleito programado para maio de 1991, manifestou-se a favor da implementação de reformas constitucionais para garantir que os militares não continuassem interferido no processo político e “pediu ainda ajuda brasileira, na medida em que possamos explicar a terceiros países as peculiaridades da conjuntura política do Suriname.”²³

A missão Reis foi bem sucedida na opinião de todas as partes envolvidas. Os representantes do governo Kraag reconheceram e apreciaram o interesse brasileiro pelo desenvolvimento da conjuntura política vigente no Suriname – inclusive porque foi a primeira delegação estrangeira de alto nível a

²¹ *Ibíd.*

²² *Ibíd.* A missão Reis se entrevistou com o presidente Johannas Kraag, com o vice-presidente Jules Wijdenbosch, com o chanceler Robby Ramlakan, com presidente da Assembléia Nacional Jagernath Lachmon, e com o chefe das forças armadas Dési Bouterse.

²³ *Ibíd.*

visitar o país após o golpe natalino. A missão também tomou nota do compromisso de recompor e aperfeiçoar o regime democrático no país – com a presença de observadores estrangeiros para garantir a lisura do pleito eleitoral programado para 25 de maio de 1991 e eventos subseqüentes.²⁴ E todas as informações coletadas seriam levadas ao conhecimento do presidente Collor.²⁵

O PLANO LUBBERS E A COMPETIÇÃO BRASILEIRO-HOLANDESA NO SURINAME

Sob a perspectiva da Holanda – que era um importante ator internacional com vínculos e interesses no Suriname – a situação política vigente na ex-colônia após o golpe natalino de 1991 era muito preocupante e deprimente. Em geral, Haia não reconhecia a legitimidade do governo Kraag, questionava duramente as atividades antidemocráticas do estamento militar comandado por Bouterse, logo após do golpe suspendeu a vital ajuda econômica ao país, e persistentemente emitiu sinais de hostilidade e de eventual intervenção militar – mesmo assim manteve aberta a sua representação diplomática em Paramaribo.²⁶ Acrescentem-se, ainda, a questão da numerosa colônia de emigrantes surinameses residentes na Holanda e a espinhosa questão do uso do Suriname como sítio de re-exportação de drogas ilícitas – especialmente de cocaína colombiana – para a Holanda e outros países europeus.

²⁴ Cumpre acrescentar que a posição brasileira de entendimento construtivo com o governo Kraag com vistas a uma recomposição democrática do Suriname era convergente com as posturas dos Estados Unidos, da Holanda e da Venezuela. Porém, corriam em canais paralelos e em velocidades distintas dado que o Brasil trabalhava no longo prazo e estes pretendiam – mediante retaliações, pressões e ameaças intervencionistas – uma retomada democrática no curto prazo, e sem a presença do comandante Bouterse.

²⁵ Cumpre acrescentar que três semanas depois da visita da missão brasileira chegou a Paramaribo delegação da Organização dos Estados Americanos, encabeçada pelo Secretário-Geral, embaixador João Clemente Baena Soares, procurado formalizar o compromisso de pronto retorno do país à ordem democrática. Especificamente, Baena Soares assinou dois acordos com os representantes do governo do Suriname: um sobre procedimentos e relacionamento entre os observadores da OEA e as autoridades locais, e outro conferindo imunidades e privilégios diplomáticos à equipe de observação que acompanharia as eleições programadas para maio de 1991. Em consequência, a OEA deu continuidade ao esforço impulsionado pelo Brasil no contexto da missão Reis.

²⁶ Em conversa com seu homólogo brasileiro, o embaixador holandês em Paramaribo, Peter Koch, manifestou que “não sofrendo o Suriname ameaças externas visíveis, suas forças armadas são inteiramente dispensáveis”. Expressou sua oposição diante do “bando de sargentos ignorantes que compõem a hierarquia do exército local, da qual nada de positivo se poderia esperar.” E “Fez até um ‘mea culpa’ a respeito da decisão da Haia de de época da independência (1975), deixar montada na ex-colônia uma estrutura militar.” Watson ao MRE, Telegrama confidencial n. 68, Paramaribo, 7.2.1991, AHMRE: POIN-F07.

Essencialmente, a Holanda tinha quatro alternativas com relação ao Suriname: (a) intervir militarmente e retomar a direção do país, (b) lá continuar injetando fundos acordado com motivo da independência, sem grandes expectativas de mudança social e econômica, (c) abandonar o país à sua própria sorte, ou (d) trabalhar com parceiros domésticos para constituir um verdadeiro Estado de orientação democrática. Assim sendo, Ruud Lubbers (primeiro-ministro) e Hans van dem Broek (chanceler), aparentemente pressionados pela administração Bush (pai) para enquadrar os militares do Suriname e lutar contra o narcotráfico, decidiram agir na linha da quarta alternativa. Disso resultou o chamado plano Lubbers visando criar uma virtual “comunidade” entre a Holanda e as ex-colônias. O propósito final seria, em princípio, o de reforçar a democracia no país, reduzir – ou eliminar de vez – o poder político de Bouterse e do exército, e apoiar um melhor e mais eficiente desenvolvimento dos sistemas administrativo, econômico e judicial.

A 13 de fevereiro de 1991, um vazamento de notícias informou que o parlamento holandês discutia um projeto do governo que em síntese, se implementado, criaria uma espécie de comunidade com as ex-colônias e faria o Suriname retornar ao status semicolonial. De um lado, o projeto abria a possibilidade de conseguir a dupla nacionalidade surinamesa e holandesa – com dispensa de visto –, introduziria uma união monetária com a transformação do florim holandês em moeda comum aos dois países, e garantia a permanência da cooperação da Haia com o Suriname. De outro, as políticas econômicas, de justiça, de defesa e de relações exteriores passariam necessariamente ao controle holandês – situação semelhante à vigente nas ilhas de Aruba e Curaçao (KRUIJT e HOOGBERGEN, 2004).

Imediatamente o chamado plano Lubbers teve repercussões no cenário político do Suriname. Os partidos hindustani (VHP de Lachmon), javanês (KTPC de Willy Soemita) e a recém criada Alternativa Democrática '91 apoiaram o projeto – bem como certas organizações corporativas, empresariais e até as forças insurgentes de Brunswijk.²⁷ Dúvidas no partido crioulo (NPS de Arron e Venetiaan).

E firme oposição ao plano Lubbers no partido NDP e principalmente no estamento militar comandado por Bouterse – devido a uma eventual reestruturação integral, com afastamento de seu alto comando, com subordinação da instituição ao ministério da defesa da Holanda e com possível dissolução das forças armadas surinamesa. Em conseqüência, no entendimento do embaixador brasileiro em Paramaribo, “o projeto holandês tem um potencial explosivo considerável, na medida em que colocará em confronto os anseios da maioria da população local, que sonha com a volta aos braços da Holanda e aos tempos de farturas, e o estamento militar marcadamente nacionalista, para quem a proposta será, no mínimo, inaceitável.”²⁸

No plano externo, o plano Lubbers encontrou receptividade e apoio geral nos Estados Unidos, na França, na Venezuela e na Comunidade Econômica Européia. A posição brasileira diante do plano Lubbers, entretanto, foi negativa. E evoluiu do ceticismo inicial para uma firme e sistemática oposição sustentada diante da Holanda e dos Estados Unidos. Fundamentalmente, Brasília aceitava uma cooperação bilateral significativa entre Haia e Paramaribo. Entretanto observava, com preocupação, “a descaracterização de certos atributos de soberania de um país vizinho, com a retomada de influência descabida de uma potência européia (antiga metrópole e hoje membro da CEE) nos assuntos internos de sua antiga colônia.”²⁹ Paralelamente, a iniciativa holandesa atingia os interesses geopolíticos e a presunção de liderança brasileira naquele país, na bacia amazônica e na América Latina, em geral. Em conseqüência, o chanceler Francisco Rezek e outros representantes do governo brasileiro – retomando o

²⁷ “Não tenho dúvida de que, se submetido a um plebiscito secreto, o plano [Lubbers] contaria com a aprovação de ampla maioria da população. A sociedade surinamesa, tão marcadamente dividida racialmente, não atribui ao princípio de nacionalidade a importância que ele têm em outros países. Além disso, o Suriname era Holanda há 16 ano atrás, as coisas eram melhores naquele tempo, os vínculos com a ex-metrópole continuam fortes, enfim, há razões de sobra para optar pelo retorno ao passado” ponderou o embaixador brasileiro sobre a opinião pública geral provocada pela iniciativa do governo holandês (Watson ao MRE, Ofício ostensivo n. 79, 11.3.1991, AHMRE: PEXT/F07/H23).

²⁸ Watson ao MRE, Telegrama confidencial n. 81, Paramaribo, 14.2.1991, AHMRE: =03/5-F07, DAM-ll/DCS/DEA/DE-1/SINEX. Aparentemente o plano Lubbers foi propositadamente difundido na época pré-eleitoral para influenciar e apoiar os candidatos da Nova Frente para a Democracia e Desenvolvimento, no contexto geral das eleições parlamentares programadas para o dia 25 de maio de 1991.

²⁹ MRE a Embaixada Brasileira em Paramaribo, Minuta de Telegrama Confidencial-Urgentíssimo n. 0103-00111, Brasília, 28.5.1991, AHMRE: POIN F07.

antigo discurso pan-americanista em favor de um hemisfério livre, soberano e desvinculado por vontade de seus povos de antigas potências metropolitanas – questionaram o virtual neocolonialismo holandês, atentatório contra a soberania e integridade do Estado, bem como perigoso precedente para outros países do continente. A subordinação das forças armadas surinamesa ao ministério da defesa da Holanda provocaria, evidentemente, reações radicais e agressivas de parte de Bouterse e de movimentos nacionalistas. Parecia mesmo insensato que um país americano voluntariamente renunciasse a parcela importante da sua soberania em função de interesses desestabilizadores, dado que não existiam precedentes políticos nem jurídicos.

A posição final do Brasil sobre o plano Lubbers foi entregue diretamente ao embaixador da Holanda em Brasília, ponderando-se que: “A atitude do Brasil com relação ao Suriname tem sido sempre a de concorrer para a consolidação do processo democrático daquele país, procurando evitar seu isolamento.”³⁰ Também, “O Brasil compreende a necessidade em que se encontra o Suriname de buscar fontes de assistência e cooperação, inclusive holandesas.”³¹ “O Brasil não desejaria, contudo, que a ampliação da cooperação, por todos os títulos desejável, entre o Suriname e os Países Baixos subtraísse da plenitude soberana de aquele país”, alertou-se.³² E finalmente insistindo que

O Brasil vê com extrema preocupação qualquer tentativa de se reduzir ou qualificar a soberania plena do Suriname e de dar-lhe um status diminuído que poderia ameaçar sua própria qualificação para integrar as Nações Unidas e a OEA.

O Brasil mantém-se fiel ao princípio da auto-determinação. Não pode deixar de ver, no entanto, com preocupação, a ameaça de redução de atributos de soberania de um país sul-americano, amazônico e fronteiriço, a partir da retomada de influência determinante de uma potência européia nos assuntos internos de sua antiga colônia.³³

³⁰ MRE à Embaixada brasileira em Paramaribo, Minuta de telegrama confidencial n. 0103-00151, Brasília, 29.6.1991, AHMRE: F07-H23.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*.

³³ *Ibidem*. Cumpre acrescentar que a posição brasileira era convergente com as percepções dominantes na Organização dos Estados Americanos e no Grupo do Rio.

Ainda no mês de junho de 1991, o governo holandês informou que não era a sua intenção restabelecer em nenhuma forma a posição ocupada no Suriname antes da independência (em 1975). Para Haia, o que estava sendo discutido era a forma de como ajudar o novo governo a consolidar a democracia e a estabilidade, e a reassumir o processo de desenvolvimento econômico sem nenhuma forma de restrição à sua soberania, identidade ou integridade. Qualquer nova forma de cooperação deveria ser iniciada por iniciativa do governo do Suriname. E no que diz respeito aos aspectos militares, o governo holandês manifestou que uma intervenção militar para restabelecer a democracia, ainda a pedido do novo governo daquele país, não estava contemplada. A posição holandesa reconhecia que o restabelecimento da democracia era uma questão que o povo do Suriname teria que resolver por eles mesmos. Porém, na hipótese de que depois de restaurada a democracia no Suriname, os militares violentassem a governabilidade e que o novo governo solicitasse apoio holandês e de outros países, isso criaria uma nova situação que deveria ser seriamente considerada – não se descartando uma ação de força. Vale acrescentar que a posição dos Estados Unidos com relação à situação no Suriname era fundamentalmente semelhante, deixando entrever certa coordenação entre Haia e Washington. Finalmente, ambas potências consideravam que uma eventual intervenção militar para restaurar a democracia poderia ser evitada se o Brasil fizesse uso da sua reconhecida influência sobre os militares surinameses no sentido de dissuadi-los de alterar negativamente o processo político do país – e eventualmente conceder asilo político ao próprio comandante Bouterse, garantindo seu afastamento definitivo da cena política do Suriname.³⁴

³⁴ Watson a MRE, Telegrama confidencial n. 249, Paramaribo, 5.6.1991, AHMRE: POIN F07. Watson a MRE, Telegrama Secreto-urgente n. 259, Paramaribo, 8.6.1991, AHMRE: PEXT-POIN F07.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS ELEIÇÕES DE 25 DE MAIO, O ENCONTRO BOUTERSE-WATSON E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO SURINAME

Conforme informado à missão Reis, em janeiro, as eleições parlamentares no Suriname foram celebradas em 25 de maio de 1991. Os comícios foram realizados em clima de liberdade, ordem, lisura e fiscalizados por um vasto leque de observadores internacionais – OEA, CEE, CARICOM, Internacional Socialista, além de diplomatas de vários países, inclusive do Brasil. Participaram duas coalizões – a Nova Frente pela Democracia e Desenvolvimento e Alternativa Democrática '91 –, o NDP – ligado aos militares – e outros partidos com poucas possibilidades reais.

Os resultados finais do pleito resultaram na vitória da Nova Frente pela Democracia e Desenvolvimento (30 cadeiras no Parlamento). Em um surpreendente segundo lugar chegou o NDP (12 cadeiras).³⁵ E em terceiro lugar apareceu a novata Alternativa Democrática '91 (9 cadeiras). Após um demorado processo de negociação ao interior da coalizão vencedora e com outras forças políticas do país, o novo presidente Ronald Venetiaan (do NPS e herdeiro político do Henck Arron) tomou posse do cargo em 16 de setembro de 1991, encerrando assim o interregno Kraag.

Uma breve avaliação dos resultados do pleito permite apreciar as seguintes tendências: (a) teve um alto abstencionismo, atribuível ao desencanto dos eleitores diante dos militares, do governo Shankan e das antigas lideranças políticas do país (Lachmon, Arron, Bouterse), (b) em comparação com os resultados das eleições de 1987, a nova Frente teve uma importante queda na representação parlamentar, em benefício do partido dos militares e da Alternativa Democrática '91, (c) observou-se um gradual declínio da arraigada obediência ao voto étnico-religioso, isto é, do chamado sistema *apanjaht*, (d) a nova configuração de forças partidárias implicou em um salutar processo de renovação democrática, e (e) todos os atores políticos – bem como os observadores internacionais – confirmaram a restauração democrática e a ordem constitucional no país.

³⁵ O bom desempenho do NDP pode ser interpretado como resultado das ações tomadas para encerrar o conflito interno – forças armadas, Comando da Selva e índios Tukayanas assinaram acordo de trégua em maio de 1991 –, e ao dinamismo do governo Kraag.

Uma das principais preocupações domésticas e estrangeiras – inclusive brasileira – diante do processo de redemocratização no Suriname era a espinhosa questão da posição dos militares diante do novo governo. Existia um certo temor diante de uma eventual ação de força de Bouterse, provocada – ou não – por atores internos ou pela coordenação holandêsa-norte-americana. A própria presença do comandante Bouterse, chefe das forças armadas, no futuro governo democrático do presidente Venetiaan, criava muitas incertezas relacionadas, por exemplo, à verdadeira subordinação do estamento militar ao comando civil, à desmilitarização da sociedade, à profissionalização da instituição castrense – inclusive com eventual reestruturação do alto escalão e a desvinculação dos militares da política e de quaisquer outros assuntos que não digam respeito às suas obrigações com respeito à defesa –, à erradicação da participação dos militares em atividades ilícitas (como o narcotráfico), dentre outras (SINGH, 2007).³⁶

A posição brasileira diante da consolidação democrática e da subordinação dos militares surinameses ao novo governo civil era particularmente relevante e complexa. De um lado, o Brasil era uma das pouquíssimas fontes de apoio externo para Bouterse e para as forças armadas do Suriname. As autoridades brasileiras – tanto diplomáticas como militares – eram as únicas habilitadas para acessar com receptividade e considerável grau de persuasão perante o estamento militar daquele país. Tal posição era reconhecida inclusive por outros atores endógenos e exógenos com vínculos e interesses na democratização do Suriname. Ao mesmo tempo, uma excessiva vinculação do Brasil com o estamento militar comandado por Bouterse implicava consideráveis riscos para a imagem e credibilidade do país no contexto de democratização, especialmente quando o novo governo era essencialmente contrário à presença política daqueles no cenário local. Observe-se que Moiwana 86, entidade surinamesa de defesa dos direitos humanos, chegou a afirmar publicamente que,

³⁶ Em junho de 1991, informações vindas de Paramaribo sugeriam a existência de um discreto movimento dissidente ao interior das forças armadas do Suriname. O ministro da defesa, Rupert Christopher, teria demandado o afastamento do comandante Bouterse, inclusive pelo surgimento de novas evidências que o ligavam ao narcotráfico e para garantir a salutar renovação dos altos mandos – muitos deles formados em escolas militares brasileiras. Bouterse não aceitava abrir mão de sua influência predominante no governo do Suriname pois estaria diretamente ameaçado fora do poder. Afinal a dissidência foi cooptada e sufocada. Watson a MRE, Telegrama secreto-urgente n. 266, Paramaribo, 12.6.1991, AHMRE: POIN F07.

Brazil's aid to the Surinamese army – the only source of military aid – is counterproductive to international and domestic efforts to subject the army to civil control.

[...] The Government of Brazil should terminate its military training and assistance programs to the Surinamese army. By continuing these ties after the December 24, 1991 coup, Brazil is undercutting the constructive efforts of other Governments and the Organization of American States to restore genuine civilian constitutional government in Suriname.³⁷

Assim sendo, era vital para todos os atores com vínculos e interesses no processo de consolidação democrática vigente no Suriname que Bouterse recebesse uma mensagem clara de que o Brasil não lhe daria apoio em qualquer tentativa de intimidar, coagir, subverter ou derrubar o novo governo. Na verdade não havia mais espaço para Bouterse na equação política do Suriname, sobretudo no contexto do chamado Compromisso de Santiago para a Democracia e a Renovação do Sistema Interamericano (de 4 de junho de 1991), da Resolução 1080 da OEA (de 5 de junho de 1991) e de acordos subseqüentes, todos eles com aprovação brasileira, e onde se manifestava a firme vontade dos povos e governos do continente a favor da vigilância conjunta e da promoção da democracia representativa (PERINA, 2000).

Em tal sentido, uma última – e decisiva – iniciativa a favor da recomposição democrática do Suriname no contexto do interregno Kraag foi o encontro do embaixador Sérgio da Veiga Watson com o comandante Bouterse, realizado em Paramaribo em 28 de junho de 1991. Segundo as instruções definidas pelo próprio Itamaraty, os objetivos do encontro deveriam ser, de um lado, retomar o contato e sentir o pulso sob a perspectiva do comandante e, de outro, deixar bem clara para ele a posição do governo brasileiro a favor da democratização do Suriname.³⁸

Assim sendo, o Itamaraty informou verbalmente ao comandante

³⁷ Watson ao MRE, Telegrama confidencial n. 224, Paramaribo, 24.5.1991, AHMRE: POIN F07. A transcrição é parte de relatório mais abrangente publicado pela organização não-governamental America's Watch, dedicada à promoção dos direitos humanos no continente.

³⁸ Para os setores moderados e filo-brasileiros do governo Kraag, encabeçados pelo chanceler Robby Ramlakhan e pelo ministro da defesa Rupert Christopher, a cooperação brasileira foi valiosa – quando quase todos os outros países importantes fecharam as portas – mas ficou muito aquém das expectativas do governo Kraag. Tal situação resultou em um virtual desapontamento daqueles setores. Existia a expectativa de que o novo governo do presidente Venetiaan reorientasse a política externa do Suriname para a Holanda (com um plano Lubbers atenuado), para os Estados Unidos, para a França e para a Venezuela – todos eles adversários do estamento militar comandado por Bouterse.

Bouterse que o governo brasileiro reconhecia sua contribuição positiva no contexto da normalização das instituições democráticas, se informou que o Brasil tinha trabalhado junto a governos de terceiros países com intuito de sensibilizá-los diante da complexa conjuntura vigente no Suriname, que era necessário fazer mais para lutar contra o narcotráfico, que as eleições de 25 de maio abririam um novo capítulo nas relações bilaterais e sobretudo

d) que consideramos essencial a manutenção da perfeita normalidade institucional, livre de qualquer constrangimento, na escolha dos novos mandatários surinameses oriundo das eleições de maio último.

e) que vemos no contínuo aperfeiçoamento da democracia surinamês, através do respeito incondicional às instituições e às leis, a única maneira pela qual o país poderia afastar ameaças a sua independência e soberania.

[...] i) que, por darmos pleno respaldo à democracia surinamês, está excluída a hipótese de apoio ou mesmo de tolerância por parte do Brasil a qualquer tentativa de desestabilização da ordem constitucional desse país.

j) que, em suma, o Brasil deseja um Suriname democrático, estável, independente e soberano, sempre mais próximo da comunidade latino-americana.³⁹

Bouterse teria elogiado a posição brasileira de apoio incondicional ao Suriname, sua cooperação impecável e sua estrita adesão ao princípio da não-intervenção nos assuntos internos do país. Reconheceu a vitória eleitoral da Nova Frente pela Democracia e Desenvolvimento, comprometeu-se a não desestabilizar a etapa final do processo democrático e garantiu a aceitação – porém não necessariamente a concordância – com o novo governo do país. Também, tomar providências para lutar contra o narcotráfico e evitar, assim, uma intervenção militar estrangeira.⁴⁰

³⁹ MRE a Embaixada brasileira em Paramaribo, Minuta de telegrama secreto n. 0103-00143, Brasília, 25.6.1991, AHMRE: PEXT L00 F07.

⁴⁰ Watson ao MRE, Telegrama secreto-urgente n. 295, Paramaribo, 29.6.1991, AHMRE: POIN F07. Cumpre acrescentar que Bouterse terminaria renunciando ao cargo de chefe das forças armadas em 1992. Mesmo assim, continuou sendo uma figura muito importante na política local como presidente do NDP – especialmente durante o governo de Jules Wijdenbosch (1996-2000). Em 4 de julho de 2008, Bouterse e outros acusados dos assassinatos de dezembro de 1982 foram formalmente responsabilizados do massacre e estão sujeitos a penas de até 20 anos de pena.

Para os fins deste artigo, parece evidente que o recado do governo brasileiro implicava num virtual esgotamento dos entendimentos alcançados desde a missão Venturini, em 1983. O coronel Bouterse não poderia mais considerar o Brasil como fonte de apoio externo para eventuais veleidades antidemocráticas ou criminosas – isto é, vinculadas à questão do narcotráfico. Doravante, o chamado patrimônio diplomático brasileiro no Suriname deveria priorizar a consolidação democrática do país, inclusive para evitar que na fronteira norte se criasse uma área de instabilidade e eventual intervenção extra-regional – nos moldes do finalmente rejeitado plano Lubbers.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

Documentos primários:

Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (Brasília)

Referências bibliográficas

AFFIGNE, Anthony. “Racial Politics in the Postcolonial Américas/ Lessons from Suriname”. Comunicação apresentada no Encontro Anual da Associação de Ciência Política do Sul, Norfolk, 1997, disponível em: <<http://www.providence.edu/polisci/affigne/pdf/suriname.pdf>>. Consulta em 6 de julho de 2008.

BID. *Economic and Social Progress in Latin American – 1990 Report*. Washington: Edições do BID, 1990.

BRANA-SHUTE, Gary. “Reflections on Suriname and Guyana”. In Joyce Hoebing (ed.), *Leadership in the Caribbean*. Washington: CSIS, 1996, p. 39-44.

ELY, Roland. “Brazilian Presence in the Guianas: João VI to João Figueiredo, 1807-1985”. *Revista/Review Interamericana*, vol. 29, num. 1-4, 1999, p. 145-168.

FÁRIAS, Deborah. “O Brasil e o CARICOM”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 43, num. 1, 2000, p. 43-68.

HOOGBERGEN, Win, e KRUIJT, Dirk. “Gold, Garimpeiros and Maroons: Brazilian Migrants and Ethnic Relationships in post-war Suriname”. *Caribbean Studies*, vol. 32, num. 2, 2004, p. 3-44.

KRUIJT, Dirk, e HOOGBERGEN, Win. “Surinam, las Antillas Holandesas y los Países Bajos”. *Foreign Affairs en Español*, vol. 4, num. 2, abril-junho de 2004, p. 1-5. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs-esp.org/2004/2.html>>. Consulta em 6 de julho de 2008.

MACDONALD, Scott B. “Insurrection and Redemocratization in Suriname?: The Ascendancy of the 'Third Path'”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 30, num. 1, 1988, p. 105-132.

PERINA, Rubén. “El regimen democrático interamericano: el papel de la OEA”. In Arlene Tickner (compiladora), *Sistema Interamericano y Democracia/ Antecedentes históricos y tendencias futuras*. Bogotá: UNIANDES, 2000, p. 311-376.

SINGH, Chaitram. “Reinig in the military: Re-democratization in Suriname”. *Journal of Third World Studies*, primavera de 2007. Disponível em: <http://findarticles.com/p/articles/mi_qa3821/is_200704/ai_n19431911/pg_1?tag=artBody;col1>. Consulta em 6 de julho de 2008.

VISENTINI, Paulo Fagundes. “Guiana e Suriname: uma outra América do Sul”. Working paper, Porto Alegre: UFRGS, s.d. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo2.pdf>>. Consulta em: 5 de julho de 2008.